

Comarca de Nova Iguaçu - Mesquita**3ª Vara Cível**

id: 5423196

JUÍZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE NOVA IGUAÇU DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Processo nº 0840725-10.2022.8.19.0038. Distribuído em 18/11/2022. Recuperação judicial das sociedades RIOPET EMBALAGENS S/A, CNPJ: 00.771.482/0001-83, INJETRIO INDUSTRIA DE PLASTICO LTDA., CNPJ: 11.414.575/0001-77, RESIN PLÁSTICOS LTDA, CNPJ: 09.594.388/0001-70 e BMW PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ: 37.994.669/0001-56. E D I T A L, nos termos do artigo 52, Â§1º, da Lei nº 11.101/2005, passado na forma SEGUINTE: A MMA Juíza de Direito Adriana Costa dos Santos Âz Juíza titular no Cartório da 3ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu, RJ, nesta data. FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que, devidamente instruído e depois de preenchidas as formalidades legais, por decisão de Id. 36743744, datada de 18/11/2022, foi deferido o processamento da RECUPERAÇÃO JUDICIAL das sociedades RIOPET EMBALAGENS S/A, CNPJ: 00.771.482/0001-83, INJETRIO INDUSTRIA DE PLASTICO LTDA., CNPJ: 11.414.575/0001-77, RESIN PLÁSTICOS LTDA, CNPJ: 09.594.388/0001-70 e BMW PARTICIPAÇÕES LTDA., CNPJ: 37.994.669/0001-56; conforme síntese do pedido e da decisão judicial, que seguem: Âz Trata-se de pedido de recuperação judicial formulado por Riopet Embalagens S/A., Injetrio Indústria de Plástico Ltda., Resin Plásticos Ltda. e BMW Participações Ltda. (Grupo Riopet), conforme dados da petição inicial. Alegam os requerentes que se trata de grupo empresarial de direito e de fato, formado por empresas, juridicamente independentes, com patrimônio e personalidade jurídica próprios, mas com interligação societária, jurídica, econômica e operacional, evidente similitude na administração das empresas, bem como com mesmos sócios e acionistas, além disso, ainda verticalizam a fabricação, utilizam métodos complementares e compartilham o mesmo terreno. Aliado ao relatado, a operação das empresas requerentes é também compartilhada, razão pela qual se forma o litisconsórcio ativo, tendo também o intuito de assegurar a manutenção da atividade empresarial. Informam que a Riopet, 1ª Requerente, foi fundada em 07/08/1995, com atividade ininterrupta, desde então, no segmento de embalagens, possuindo sólida história, possuindo, hoje, 114 funcionários diretos, além de inúmeros empregos indiretos. A operação foi ganhando escala, segundo afirma, o que a obrigou a verticalizar as operações, utilizando a Resin, 3ª Requerente, fundada em 05/08/2008, na pós condensação e blends de resina, e fazendo também a produção de pré-formas, por meio da Injetrio, 2ª Requerente, fundada em 21/12/2009. Relatam que o Grupo Riopet foi pioneiro no Brasil em importar equipamentos capazes de aprimorar a performance das garrafas retornáveis, o que demandou altíssimo investimento financeiro, no final do ano de 2018, o que assegurou que as requerentes se tornassem a principal fornecedora da Coca-Cola. Anotam que, não obstante o sucesso do empreendimento, o Grupo enfrenta momentânea crise financeira, por conta dos fatores econômicos e financeiros do país, a elevação do valor das matérias-primas, a insuficiência dos limites de créditos aprovados e os prazos de pagamento de seus principais fornecedores, o que culminou no presente pedido de Recuperação Judicial para conseguirem superar as dificuldades enfrentadas, com vistas a sua preservação, incluindo, consequentemente, a de seus funcionários e possibilitando o cumprimento dos encargos presentes e futuros, mantendo-se firme como agentes relevantes do cenário econômico e social do Estado do Rio de Janeiro. Afirmam que podem superar a crise, na medida em que o Grupo Riopet vem angariando novos projetos, além de projetarem modificações na operação e vislumbrarem o ingresso efetivo de sócio investidor, através de Dip Financing, comprovado por carta de intenções trazida em anexo, pelo que o projeto de alavancar a empresa se afigura extremamente viável. Requerem o pedido de deferimento do processamento da recuperação judicial do Grupo, bem como a concessão da tutela de urgência, para fins de suspensão dos efeitos de protestos indevidos de seus clientes, realizados por credores. É o Relatório. Passo a Decidir: Trata-se de pedido de Recuperação Judicial feito por Riopet Embalagens S/A., Injetrio Indústria de Plástico Ltda., Resin Plásticos Ltda. e BMW Participações Ltda., que formam o Grupo Riopet, que vem atuando no ramo de embalagens plásticas, há aproximadamente 27 anos. O cenário global é de crise econômica, que foi severamente agravada pela Pandemia e pela guerra da Ucrânia, fatores que ainda perduram no cenário mundial, resultando em agravamento da situação econômica nacional, fazendo com que a população perdesse seu poder aquisitivo, resultando na redução do consumo, o que com certeza afetou a atividade comercial do Grupo requerente. Ao longo dos anos, temos assistido ao triste cenário brasileiro, onde inúmeras empresas famosas quebraram deixando inúmeros débitos em aberto, além de desempregados e diminuição da arrecadação tributária. Podemos citar exemplos de nossa infância tais como Mesbla, Varig, entre tantas... A quebra além do prejuízo causado ao empresário, tem uma consequência muito maior pois afeta os empregados, o local onde atua, vide o centro do Rio de Janeiro, hoje, um verdadeiro deserto de lojistas, despenca a arrecadação do fisco, enfim, destrói a economia, Âz lato sensu Âz... A economia precisa girar para que as condições de vida da população melhorem, pois, empregos são vitais!!! Entendo que a Lei 11.101/05, tem uma enorme influência social já que seu objetivo é a reorganização das empresas que, nada obstante à crise instaurada, têm condições de superá-la atingindo o fim social a que se destinam. Na hipótese, as sociedades têm longa tradição, abrigando centenas de empregados e desempenhando importante função para a economia do país. Assim, evitar a quebra tem inúmeros benefícios alcançando um universo maior que a própria empresa. É, portanto, passível de se enquadrar nas hipóteses previstas em Lei, uma vez que cumpriram o disposto no art. 51 da lei 11.101/2005, apresentada a documentação ali exigida, pelo menos em cognição sumária. Com relação ao pedido de suspensão dos efeitos dos protestos listados na petição inicial, verifica-se que são protestos tirados contra clientes das requerentes, mas cuja exigibilidade dos títulos recai sobre as próprias requerentes, o que coloca em xeque a essência e confiança da relação comercial existente e o fornecimento de novos produtos pelas requerentes, bem como o objetivo primordial de recuperação. Sendo assim, entendo que, no caso em tela, pode e deve ser deferida a tutela de urgência para suspender os efeitos dos protestos tirados contra clientes das requerentes. Tal decisão poderá ser revista a qualquer tempo, isso inclui a hipótese da votação do plano de recuperação em assembleia. Assim, diante do exposto, na forma do art. 52 da Lei 11.101/2005, DEFIRO O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL de RIOPET EMBALAGENS S/A., INJETRIO INDUSTRIA DE PLÁSTICO LTDA., RESIN PLÁSTICOS LTDA. e BMW PARTICIPAÇÕES LTDA., em litisconsórcio ativo e em consolidação processual, nomeando MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS, tendo como representante perante este r. Juízo o sócio e advogado Dr. MURILO MATUCH DE CARVALHO, OAB/RJ 137.860, dados já de conhecimento do Cartório já que o mesmo funciona em outros feitos, no entanto, para as partes terem ciência, o mesmo tem sede na Rua da Assembleia, 40 - 5º. Andar, telefone de contato: 2544-0989, e-mail: murilo@mcaa.adv.br, para funcionar como Administrador Judicial. Intime-se o mesmo com urgência para dizer se aceita o encargo, na forma determinada. Em conformidade com o art. 24 da LRE, fixo seus honorários em 2 % (dois por cento) sobre os créditos submetidos à recuperação. Dispensio, no momento, a apresentação de certidões negativas para que as requerentes exerçam suas atividades, bem como ordeno a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as requerentes, na forma do art. 6º da LRE e mais as exceções previstas no art. 49, Â§3º e 4º da LRE, observando-se o prazo legal. Defiro a tutela provisória requerida, com a suspensão dos efeitos dos protestos listados no anexo 22, bem como determino a abstenção de novos protestos por parte dos clientes listados no anexo 23, na forma do requerido. Determino que as requerentes

apresentem contas demonstrativas mensais durante todo o processamento da recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores. Ordeno, ainda, que as requerentes acrescentem após seus nomes empresariais a expressão “em recuperação judicial”. Com relação às custas ainda que não certificadas em sua totalidade, diante da urgência do caso, cumpra-se a presente, após, deverá o cartório proceder a certificação das mesmas e determinar a volta a conclusão. Intime-se o Ministério Público, comunicando, por carta, à Fazenda Pública Federal e as de todos os Estados e Municípios em que a requerente tenha estabelecimentos. Na forma do § 1º, do art. 52, da LRE, publique-se o edital. Intimem-se. Expeçam-se os mandados por OJA de plantão. A Ciência aos interessados de que a relação de credores se encontra disponível em Id. 38120619 dos autos do processo eletrônico nº 0840725-10.2022.8.19.0038, que pode ser acessada através do website do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (www.tjrj.jus.br) ou consultada junto à equipe da Administração Judicial. Cientes os credores de que, a partir da publicação deste edital, terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS, com endereço na Rua da Assembleia nº 40, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20011-001, através do e-mail riopet@mcaa.adv.br, suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados, na forma do artigo 7º, §1º, da Lei nº 11.101/2005. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi expedido o presente edital, que será publicado e afixado na forma da Lei. Cientes de que este juízo funciona na Avenida Doutor Mário Guimarães, 968, 2º Andar, Centro, NOVA IGUAÇU - RJ - CEP: 26255-230. Dado e passado nesta cidade de Nova Iguaçu, aos nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três. Eu, Thales Henrique Duarte Monnerat, mat. 01-32363, digitei. Eu, Edilaine Arigone dos Santos Marques, mat. 01-30387, o subscrevo. Adriana Costa dos Santos, Juíza de Direito.

4ª Vara Cível

id: 5421263

Estado do Rio de Janeiro
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
Comarca de Nova Iguaçu
Cartório da 4ª Vara Cível
Dr. Mário Guimarães, 968 CEP:26255-230 da Luz Nova Iguaçu- RJ e-mail : nig04vciv@tjrj.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO
Com o prazo de vinte dias

O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Simone Lopes da Costa - Juiz Titular do Cartório da 4ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Dr. Mário Guimarães, 968 CEP: 26255-230 - da Luz - Nova Iguaçu - RJ e-mail: nig04vciv@tjrj.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Procedimento Comum - Execução de Obrigação de Fazer - Não Fazer, de nº 0059562-69.2010.8.19.0038, movida por ILMA FRANCISCA GOMES em face de CRAL COBRANCA E RECUPERACAO DE ATIVOS LTDA, objetivando Citação do Réu. Assim, pelo presente edital CITA o réu CRAL COBRANCA E RECUPERACAO DE ATIVOS LTDA, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de quinze dias oferecer contestação ao pedido inicial, querendo, ficando ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados (Art. 344, CPC) , caso não ofereça contestação, e de que, permanecendo revel, será nomeado curador especial (Art. 257, IV, CPC). Dado e passado nesta cidade de Nova Iguaçu, 08/02/2023. Eu, Henrique de Mello e Souza - Subst. do Resp. pelo Expediente - Matr. 01/18339, digitei. E eu, Edson Evangelista Júnior - Responsável pelo Expediente - Matr. 01/28569, o subscrevo.

1 de 3

6ª Vara Cível

id: 5098841

EDITAL DE CITAÇÃO
Com o prazo de vinte dias

O MM Juiz de Direito, Dr.(a) Cristina de Araujo Goes Lajchter - Juiz Titular do Cartório da 6ª Vara Cível da Comarca de Nova Iguaçu, RJ, FAZ SABER aos que o presente edital com o prazo de vinte dias virem ou dele conhecimento tiverem e interessar possa, que por este Juízo, que funciona a Dr. Mário Guimarães, 968 CEP: 26255-230 - da Luz - Nova Iguaçu - RJ e-mail: nig06vciv@tjrj.jus.br, tramitam os autos da Classe/Assunto Procedimento Comum - Adjudicação Compulsória / Propriedade, de nº 0074001-12.2015.8.19.0038, movida por CELSO DE OLIVEIRA MENEZES; JACIRA BARBOSA MENEZES em face de AMADEU FERREIRA DUARTE; ALICE TINOCO DUARTE, objetivando Citar os réus. Assim, pelo presente edital CITA o réu AMADEU FERREIRA DUARTE; ALICE TINOCO DUARTE, que se encontra em lugar incerto e desconhecido, para no prazo de quinze dias oferecer contestação ao pedido inicial, querendo, ficando ciente de que presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados (Art. 344, CPC) , caso não ofereça contestação, e de que, permanecendo revel, será nomeado curador especial (Art. 257, IV, CPC). Dado e passado nesta cidade de Nova Iguaçu, vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e dois. Eu, Giovana Milene dos Santos Lima - Estagiário - Matr. 120000034540, digitei. E eu, Benjamin Peixoto Esmeraldino - Chefe de Serventia - Matr. 01/23853, o subscrevo.